

mobilização

25 DE JULHO: Abra o Olho, Brasil!

O Dia do Trabalhador Rural e do Condutor será marcado, em todo o País, como o Dia Nacional de Luta contra a política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso e o vergonhoso julgamento de José Rainha Júnior, líder do MST. As bandeiras de luta são emprego, moradia, reforma agrária, salário, previdência pública e justiça.

A organização do dia vem sendo realizada por várias entidades e, no dia 2 de julho, reunião na sede da CUT definiu o calendário de mobilização. Participaram da reunião dirigentes das secretarias nacionais de Movimentos Populares e de Comunicação do PT, representantes do MST e da Central de Movimentos Populares (CMP). Estão tam-

bém na organização a CUT, Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), PCdoB e PSTU.

A Comissão Executiva Nacional (CEN) do PT considera o dia 25 de julho prioritário para os partidos de esquerda e movimentos sociais. Na última reunião da CEN, ficou definido que todos os Diretórios Municipais e Regionais do Partido devem se empenhar na mobilização para o ato, que terá como *slogan* Abra o Olho, Brasil!

O dia de protesto será nacional, mas os esforços serão concentrados em São Paulo, o maior centro comercial do País. O ato na capital paulistana será na avenida Paulista, em frente ao prédio da TV Gazeta, a partir das 17h.

Marchas e caravanas

No Estado, a CMP e o MST realizarão marchas e caravanas na capital e Interior. No dia 20, o MST sairá em marcha da cidade de Sorocaba e os sem-tetos caminharão desde Campinas; metalúrgicos e movimentos populares do ABC também virão à Capital, reunindo-se, todos, em frente ao Masp.

Em Osasco, cidade da Região Metropolitana de São Paulo, os movimentos populares farão mobilização no dia 24, com distribuição, o dia todo, de dois caminhões de bananas e convocatória para o ato, se integrando com o MST, que passa a noite na cidade, saindo em caminhada no dia seguinte até o local do ato.

Nova testemunha pode inocentar Rainha



Rainha estava no Ceará quando crime pelo qual foi julgado no Espírito Santo ocorreu

Além disso, o padre anotou em sua agenda pessoal as visitas e disse lembrar-se de ter visto Rainha no local naquelas datas e também no dia 5, data do crime pelo qual o líder do MST foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão: os assassinatos do fazendeiro José Machado Neto, dono da fazenda Ypueiras, e do Pm Sérgio Narciso da Silva, em Pedro Canário (ES).

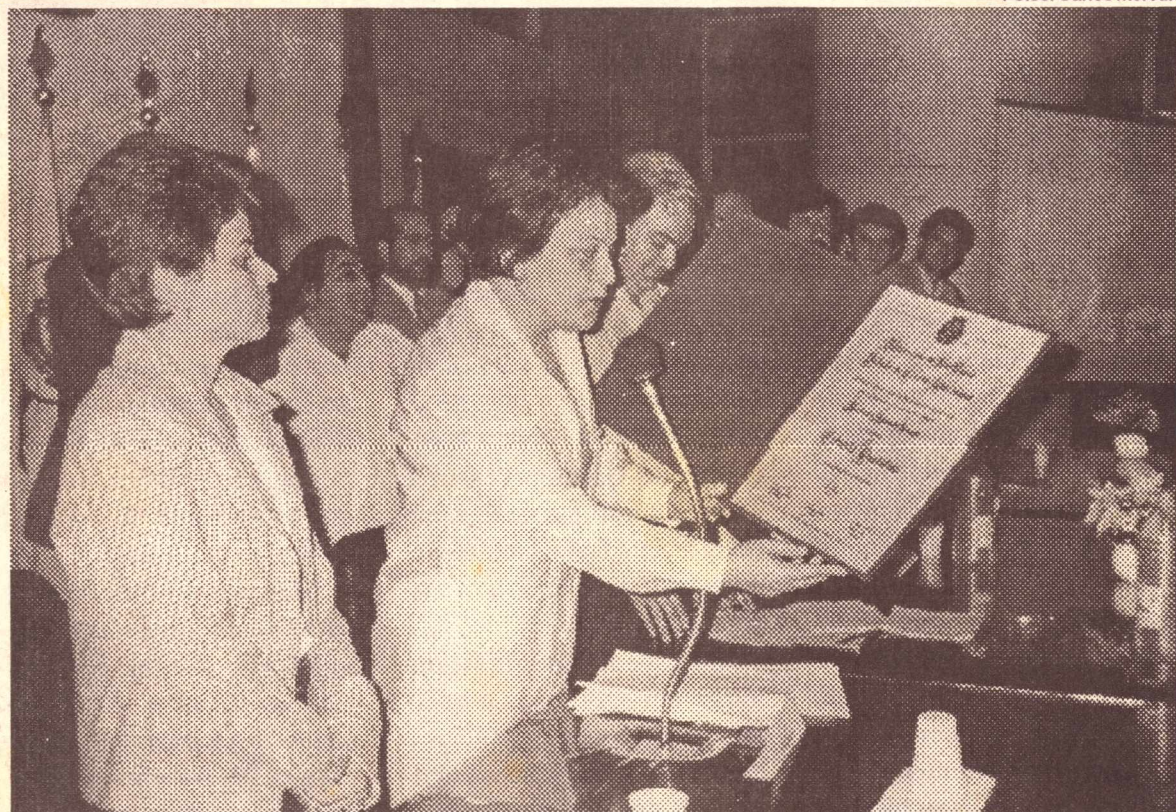
O júri não considerou o testemunho de cinco pessoas e a ausência da principal testemunha de acusação, o caminhoneiro José Jorge Guimarães, o Zé do Coco, que disse acreditar ter visto Rainha no caminhão que conduziu os sem-terra até a fazenda Ypueiras.

Reportagem publicada no jornal *O Povo*, de Fortaleza, no dia 23 de junho, traz depoimentos de trabalhadores rurais que participaram da ocupação da fazenda Reunidos de São Joaquim, atualmente denominada assentamento 25 de Maio. Agricultores ouvidos

pelo jornal confirmam a presença de Rainha "antes, durante e depois da ocupação da terra", cita o jornal.

A reportagem não deixa dúvidas. Traz fotos de Rainha reunido com o governador Tasso Góes em 30 de maio de 89, audiência em que estiveram o então secretário de Agricultura, atual deputado estadual pelo PSB, Eudoro Santana, e o sindicalista Antônio Edinilo Costa, duas das cinco testemunhas de defesa que depuseram em Pedro Canário. Outra foto mostra Rainha e outros trabalhadores rurais deixando o prédio da sede do Incri no Estado, em 31 de maio de 89.

Dos sete jurados que compuseram o Tribunal do Júri, cinco têm ligações com a família do fazendeiro assassinado. A participação de Rainha é sustentada por afirmações vagas. "O boato corrente era de que Rainha tinha participado da invasão", disse à imprensa o pai do policial morto, Isaías Narciso da Silva. Inquérito civil aberto sobre o caso inocenta Rainha, enquanto outro inquérito, este militar, indicia o líder do MST, junto a outras 17 pessoas, como co-autoras dos assassinatos, por "supostamente terem ajudado na articulação do movimento armado".



Diolinda Alves de Souza recebe da vereadora Aldaiza Sposati o título de cidadã paulistana

Líderes do MST são homenageados

Com o salão nobre da Câmara Municipal de São Paulo repleto, a mineira Diolinda Alves de Souza e o capixaba José Rainha Júnior, líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), receberam homenagens no dia 23, segunda-feira. Ela, o título de cidadã paulistana, proposto pela vereadora petista Aldaiza Sposati e aprovado por unanimidade. Ele, solidariedade em função de sua condenação em Pedro Canário (ES). O ato significou, nas palavras de Aldaiza, o reconhecimento, pela cidade de São Paulo, da luta das trabalhadoras e trabalhadores rurais e a demonstração de que lutará contra a perseguição política que seus líderes vêm sofrendo.

O secretário agrário nacional do PT, Plínio de Arruda Sampaio, definiu a homenagem a Diolinda como a composição de um buquê de flores, na qual cada palavra dirigida à líder fosse recebida como uma flor. E lançou uma proposta aos presentes: "Que todos nós, aqui, nos considerássemos uma Diolinda e um Rainha; assim, se quiserem os punir, que punam a nós todos".

Estavam lá para homenagear os dois líderes sem-terra parceiros da luta comum pela

dignidade, justiça e trabalho. Sindicalistas, sem-tetos, moradores de rua, encortçados, negros, gays e lésbicas, aposentados, desempregados, militantes de várias organizações e entidades, agentes de pastorais da Igreja, artistas, intelectuais, lideranças e parlamentares de diversos partidos. E Carlioto Maia, o publicitário das Carlipticas. Doente, sob os cuidados de um enfermeiro, foi lá dar um abraço em Diolinda e Rainha.

Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do MST, sentiu-se, junto com o movimento, igualmente homenageado pelo gesto dos paulistanos, apontando para o engano que cometem os que atacam os dois líderes visando desestruturar o movimento: "Não adianta prender Diolinda ou processar o Rainha, porque são muitos os que lutam. Podem tentar acabar com o MST, mas não vão acabar com nossos sonhos".

Sonho e esperança, contudo, que só se tornam realidade com luta, como reconheceu José Rainha: "Acredito que vamos mudar o Brasil, para construir uma democracia, onde o direito do cidadão seja respeitado. Mas, para isso, temos de ir aos únicos lugares que nos foram reservados, a

rua e a praça".

Luís Eduardo Greenhalgh, deputado federal (PT-SP), advogado militante pelos direitos humanos e, por esse perfil, defensor do MST perante a Justiça, relatou as injustiças cometidas contra Diolinda nos últimos anos: suas duas prisões e a condenação de Rainha em Pedro Canário, para a qual o júri ignorou a ausência de provas e o testemunho de cinco pessoas. "Na época da ditadura, era fácil saber por que os trabalhadores eram perseguidos. É difícil explicar que haja hoje, num regime democrático conquistado com o sangue de muitos, um prejulgamento político como o de que foi vítima Rainha", indignou-se.

Aos que tombaram, Diolinda manifestou seu desejo de com eles dividir o título que estava recebendo, como Padre Josino, Teixeira, os 19 sem-terra de Eldorado do Carajás. "Também gostaria que, em minha pessoa, estivessem sendo homenageados os pequenos produtores rurais, as crianças dos assentamentos que têm escola, os professores, todos os militantes do MST", disse. "Esta homenagem me fortalece para continuar na luta e dá a certeza de que estamos no rumo certo", concluiu.

Paulo de Tarso desmente suas acusações

O economista Paulo de Tarso Venceslau desmentiu as acusações que havia levantado contra o PT em entrevistas aos jornais *Diário do Povo*, de Campinas, e *Jornal da Tarde*, de São Paulo. O recuo de Venceslau foi feito por meio de declarações publicadas no dia 2 de julho aos jornais *O Estado de S. Paulo* e também ao *Jornal da Tarde*. Afirmou o economista: "O que denunciei foi o fato de uma empresa inidônea (a CPEM) ter vendido serviços para nossas prefeituras" e "disse também que Lula tinha uma relação perigosa com o Roberto Teixeira, que isso poderia levá-lo a uma situação ruim, mas estou longe de querer julgá-lo".

Os jornais interpretaram as declarações como a negação das afirmações que Venceslau havia feito antes. "Paulo de Tarso negou que tenha acusado Lula de tráfico de influência e o partido de contratar a CPEM com o objetivo de formar caixa de campanha", diz a matéria. O desmentido de Venceslau, feito após mais de 40 dias de intensa campanha contra o PT por parte da imprensa, foi publicado nos dois jornais sem nenhum destaque, oculto no meio de matérias sobre os trabalhos da Comissão de Sindicância indicada por José Dirceu para apurar as denúncias. Bem diferente das manchetes de primeira página que os dois veículos de comunicação deram nas primeiras semanas em que o assunto mereceu destaque.

LEITURA

Resenha de *Um Trabalhador da Notícia*, com textos de Perseu Abramo

Página 2

SECRETARIAS

Plenária discute as estratégias do PT junto aos movimentos populares e sociais

Página 3

PRIVATIZAÇÕES

Nova Lei Geral das Telecomunicações é mais um golpe contra a soberania do Brasil

Página 4

REFORMAS

FHC quer urgência na aprovação das reformas mas orienta sua base a ir devagar

Página 4

recado ao militante

Arquivo/DN



Outra vez as PMs

Outra vez as Polícias Militares surgem no noticiário nacional com a marca da violência. Em uma manifestação de cabos e soldados por melhores salários, em Belo Horizonte (MG), um cabo leva um tiro, supostamente de um manifestante da própria PM, mas à paisana. O movimento espalhou-se pelo Estado e Belo Horizonte é ocupado por tropas do Exército, em uma violência constitucional nunca vista no país. Minas Gerais não merecia tal humilhação.

A incompetência dos governadores do PSDB salta à vista. Primeiro foi o governador Mário Covas, incapaz de enfrentar a violência da PM de São Paulo, fazendo uma proposta *marketeira* de reforma da corporação, que só serviu para criar conflitos com a alta hierarquia, já que não é para valer. Depois, para acalmar esse mesmo alto comando da PM, fazendo vistas grossas à violência impune que levou à morte três sem-teto na Fazenda da Jata, na capital do Estado.

Já o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, também do PSDB, mostrou-se totalmente incompetente e incapaz para o exercício do governo. Subestimou o movimento reivindicatório dos PMs, deu um aumento para os coronéis – verdadeiro tapa na

carra dos policiais militares –, viajou para o Exterior, fez provocações contra o movimento e, na hora de tomar decisões, vacilou. Ao pedir a intervenção do Governo Federal e permitir que tropas do Exército ocupassem Belo Horizonte, desmoralizou-se como governador do Estado.

Os governadores precisam tomar em suas mãos a questão da reforma das polícias e da política de segurança pública, sob pena de perderem o controle em cada crise com as

Os governadores não têm controle sobre as Polícias Militares

PMs do Estado que governam. Na verdade, o Governo Federal, o PSDB, não quer reformar as PMs. Todo o país sabe que é preciso desmilitarizar a corporação, unificar as polícias, acabar com as P-2 que, de polícia de disciplina interna das corporações se transformaram em polícia política, de forma ilegal e inconstitucional.

Os governadores não têm controle sobre as Polícias Militares, que se transformaram num Estado dentro do Estado.

Seus serviços secretos, as P-2, trabalham em consonância com o serviço de informação das Forças Armadas. Ou seja, existe no país uma rede de espionagem política ilegal e inconstitucional. E ninguém faz nada contra isso.

Mais grave é que, há anos, persistem os problemas da desigualdade salarial, de condições de trabalho, do regulamento disciplinar das PMs, e nada se faz para mudar. É escandalosa a diferença salarial entre os coronéis, verdadeiros marajás, e os soldados. É escandaloso o poder político dos coronéis, *lobby* que é capaz de paralisar projetos de leis no Senado da República, tal a dependência de ex-governadores aos esquemas das PMs.

Mudar o regulamento disciplinar, mudar toda a estrutura salarial, pôr fim à autonomia política que hoje têm as PMs (herança dos tempos da ditadura militar) e reformar a política de segurança nacional é a única saída para a crise que vai se aprofundando nas Polícias Militares de todos os Estados do Brasil. Mas, para isso, o país precisa de um outro governo. Porque este, também nessa área, já se mostrou conservador, impotente e incapaz de mudar.

José Dirceu

artigo

Os fundos de pensão e os trabalhadores

Neste final de século, estamos assistindo a um debate de importância política fundamental. Trata-se de uma questão social da maior gravidade: a aposentadoria do trabalhador.

O modelo de aposentadoria em nosso país está assentado na previdência pública, de iniciativa do Estado. Para aqueles que desejam um benefício superior ao que paga a previdência pública (INSS), existe a previdência complementar, subdividida em dois grandes pilares: a previdência aberta (os fundos abertos) e a previdência fechada (os fundos fechados).

Os fundos abertos são comercializados livremente no mercado pelos bancos e seguradoras, com finalidade lucrativa. Na disputa pelos consumidores potenciais de seus "planos de aposentadoria", os fundos abertos são vendidos na forma de anúncios pela televisão, rádios, jornais e revistas. Trata-se de um produto altamente rentável para os bancos que o comercializam, e pouco atraente para os trabalhadores.

Já os fundos fechados – genericamente chamados "fundos de pensão" – estão circunscritos à iniciativa comum das empresas e seus respectivos empregados, sem nenhuma finalidade lucrativa. São chamados de fundos fechados porque a sua constituição está subordinada ao vínculo de trabalho.

Como a entidade não possui finalidade lucrativa, todos os resultados auferidos pelos investimentos são revertidos para o próprio fundo, na forma de melhores benefícios ou redução das contribuições. Um percentual dos ativos do fundo de pensão pode ser destinado aos participantes na forma de empréstimos pessoais ou empréstimos para aquisição de casa própria.

Mas para que os fundos de pensão possam realmente desenvolver e cumprir sua finalidade de complementação de renda, é fundamental que a previdência pública seja fortalecida, com a elevação do benefício mínimo e a manutenção do benefício máximo em 10 salários mínimos.

Venho defendendo junto ao movimento sindical a bandeira

dos fundos de pensão como instrumento de defesa do trabalhador. A reivindicação de que as empresas participem de planos de previdência de seus funcionários pode se transformar num ponto muito importante das negociações coletivas de trabalho. Considero que os sindicatos não só devem se engajar no aprimoramento e na maior difusão dessa modalidade de previdência, como eles próprios deveriam estipular planos de previdência para os seus associados, a exemplo do que já ocorre em vários países do mundo.

Se o governo tivesse um projeto estratégico para o país, poderia buscar parcerias com essas entidades de previdência, estimulando sua participação em projetos de longo prazo. Acredito que uma grande articulação política em favor de uma previdência digna e confiável poderia se constituir numa luta em defesa da cidadania brasileira.

Luiz Gushiken, deputado federal (PT-SP), ex-presidente nacional do PT

cartas

FALÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Que a saúde pública já agonizou há muito tempo não é novidade para ninguém. Mas, ao sabermos que nem a saúde privada funciona, aí já é demais. O atual governo conseguiu colapsar totalmente o sistema de saúde (pública e privada) do Estado. Será que o próximo passo é em direção à já falida educação? O que será de nós?

Alancardek P. Araújo
(cardek@ime.usp.br)

EDIÇÃO ESPECIAL

Indignadamente tenho acompanhado a monstruosa operação da imprensa brasileira, na tentativa de macular a imagem do PT e de seus mais expressivos representantes, objetivando confundir a

opinião pública e ocultar as ações criminosas que o governo FHC vem praticando contra o povo brasileiro. Mas esse linchamento jornalístico não vai afetar a conduta moral e ética do PT nem de seus representantes. A história, o passado são as melhores radiografias de quem é quem diante da presente situação. Parabênz, com muito orgulho e gratidão, a edição especial do *pt notícias* e destaco as matérias (brilhantes) do jornalista Bernardo Kucinski, Stella Bruna, Celso Horta e Frei Betto. Recebam o meu abraço, em comunhão com os sonhos e os desafios da construção de um país mais justo e livre.

Paulo Aires Marinho,
poeta, professor e vereador
do PT, Divinópolis do
Tocantins (TO)

Acuso recebida com viva satisfação a edição especial do *pt notícias*. Louvo a iniciativa do Diretório Nacional de providenciar – em boa hora – a edição em tela, com os esclarecimentos necessários para fazer frente a mais um episódio da permanente e discriminatória campanha de difamação contra o nosso Partido e suas lideranças. Diante do exposto, espero que a divulgação do documento tenha sido da maior amplitude. Paulo de Tarso e FHC são duas faces da mesma moeda. No particular, vocês acertaram no conteúdo e na forma.

Mário Lobo Cunha,
Porto Alegre
(RS)

leitura

Por Marco Antonio Araujo

A Terceira Estirpe

Alguns entram para a História pelas portas dos fundos, sorratamente. Invadem, como ladrões. E normalmente roubam mesmo. Outros, destemidos, irrompem e se instalam, heróicos. Tomam posse, como guerreiros. E deixam marcas de sangue no chão. Outros, raros, ficam diante do portão principal. Zelam, como sentinelas. E são sábios nessa tranquilidade.

O que define quantas páginas cada um vai preencher no grande livro da humanidade muitas vezes depende de quem vai ler. Perseu Abramo é uma página que só pode folhear o leitor atento em conhecer os da terceira estirpe, a dos guardiões serenos.

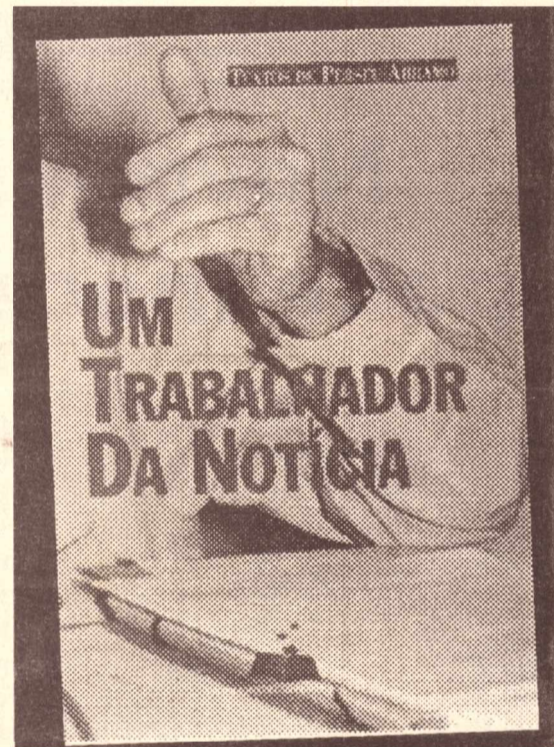
Um Trabalhador da Notícia, mais do que a coletânea dos textos de Perseu, é um documento tão raro quanto o autor. Infelizmente, muitos protagonistas da esquerda são incensados pelo *stablishment* apenas por um breve momento, imediatamente posterior à morte. Complexo de culpa, talvez. Mas, no fundo, a história oficial acaba fazendo mais pela memória dos revolucionários do que a própria esquerda. Por isso, não faltam motivos para comemorar o início dos trabalhos da Editora Fundação Perseu Abramo, que edita o livro de seu patrono.

Nessa coletânea, para quem não pôde acompanhar a trajetória do querido (não há outra palavra)

companheiro do PT, que fez da vida um teste de ética, coerência e humildade, lá estão os artigos ácidos, as crônicas surpreendentes, o trabalho magnífico da época em que foi editor de educação na *Folha de S. Paulo*, os documentos políticos, os textos dispersos em décadas de luta.

A n d r é Malraux já havia dito que a morte transforma a vida em destino. Então, o destino de Perseu foi o de ser um exemplo de sobriedade e coragem. (Vale a pena abrir um parêntese para toda a família Abramo, absolutamente exemplar: Cláudio, Fúlvio, Lélia, Lívio, Zilah... Dá inveja, esse sobrenome. Só falta alguém mais atrevido para contar a saga desses descendentes de imigrantes italianos que se tornaram lendas do jornalismo, das Artes, do trotskismo, do PT, do país. Não há exageros nessa reverência. Se há algum estranhamento, é exatamente pela amnésia e falta de auto-estima inerentes à esquerda.)

Daí o grande valor de *Um Trabalhador da Notícia*: a homenagem em tempo, na hora, a um dos nossos. Melhor ainda que, de forma inédita, o livro tenha uma edi-



UM TRABALHADOR DA NOTÍCIA – Textos de Perseu Abramo. Editora Fundação Perseu Abramo, 376 páginas, R\$ 27,00

ção cuidadosa, carinhosa, inteligente. Nada daqueles livretos apressados, mal acabados, rascunhados, cheios de desculpas e dificuldades. É um livro para ser indicado, consultado, citado, preservado.

Da figura de Perseu, na porta do templo da História, pode ficar essa imagem, de um trabalhador quase anônimo, que, como anota Marco Aurélio Garcia, num dos prefácios, "jamais perseguiu a notoriedade". Alguns, por humildade, só entram para a História se forem convidados.

Marco Antonio Araujo é chefe do departamento de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero e editor da revista *Educação*.

expediente

ptnotícias é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Presidente Nacional do PT: José Dirceu /
Secretária Nacional de Comunicação: Vera Gomes /
Jornalista responsável/Edição: Carlos

Mercuri (Mtb 19.645) /
Redação: Carlos Mercuri, Antônio Cerveira de Moura, Andre Muniz /
Administração: Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves
Editoração eletrônica: Jorge Mariano /
Sede: Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Eliseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, telefone (011) 224-1900 (PABX), fax (011) 222-9665
Tiragem: 11 mil /
Impressão: Artgraf

secretarias

rápidas

Edição especial está na Internet

Já está disponibilizada na home page do PT na Internet versão da edição especial do **pt notícias**. Nela, o internauta encontra respostas às acusações levantadas contra o Partido a partir de entrevista do economista Paulo de Tarso Venceslau ao **Jornal da Tarde** de 26 de maio. A edição especial do jornal bateu recorde de tiragem: 122 mil exemplares foram distribuídos. Para acessar a edição especial, basta entrar na home page do PT e clicar no logotipo do **pt notícias**.

O site é: <http://www.pt.org.br>

Horário gratuito

Entre os dias 6 e 20 deste mês, o PT estará colocando em rede nacional de rádio e TV as inserções de um minuto às quais o Partido tem direito. Serão cinco spots dia sim, dia não nos quais o PT pretende esclarecer a série de denúncias sem fundamento levantadas contra o Partido e seus principais dirigentes nas últimas semanas. A Justiça Eleitoral acatou recurso impetrado pelo PT para antecipar a exibição dos programas no horário gratuito. O programa nacional, de 20 minutos, previsto para 2 de outubro, foi antecipado para o dia 11 de setembro.

Secretaria Nacional de Comunicação: (011) 224-1964/1965

Privatizações

O mandato do deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) promoverá debate sobre as privatizações, convidando o professor Aziz Ab'Saber para conduzir a discussão. O evento será realizado no dia 17 de julho, a partir das 19h, no Sindicato dos Condutores (rua Pirapitingui, 75, Liberdade, São Paulo).

Informações: (011) 605-5087

Parar de fumar

O Governo do Espírito Santo começou no dia 23 de junho, em Vitória, atendimento aos que queiram parar de fumar. O serviço está funcionando no ambulatório de apoio terapêutico ao fumante, do Centro Regional de Especialidades (CRE) da capital capixaba, inaugurado em 18 de junho e que pretende tomar-se referência estadual para o combate ao tabagismo – principal causa de mortalidade no Estado. Segundo a coordenadora do Programa Estadual Antitabagismo, Werbenha Aguiar dos Santos, o tratamento é baseado em orientação e apoio de grupo. Com o programa, o governador Vítor Buaziz pretende reduzir o atual índice de 32% de fumantes na população capixaba.

Governo do Espírito Santo: (027) 222-7022

Multas salvam vidas no DF

O Governo Democrático e Popular do Distrito Federal (GDF) vai destinar ao setor de politraumatizados dos hospitais da rede pública entre 20 e 30% do valor líquido das multas de trânsito aplicadas por barreiras e radares eletrônicos. O Detran de Brasília arrecada, por mês, em média R\$ 200 mil com essas multas. Com os recursos, o GDF pretende melhorar o atendimento de politraumatizados do Hospital de Base e criar novos centros em mais dois outros hospitais. O governador Cristovam Buarque está sugerindo que seus colegas de outros Estados façam o mesmo e está ligando pessoalmente para propor a boa idéia.

GDF: (061) 321-0661

Encontro discute estratégia de ação

A Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP) do PT reuniu-se nos dias 27 e 28 de junho para traçar estratégias do Partido junto aos movimentos populares. Participaram da reunião 46 pessoas, entre elas dirigentes partidários e coordenadores nacionais da Central de Movimentos Populares (CMP) de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Piauí, Rondônia, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Também estiveram representados o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), União Nacional de Movimentos de Moradias (UNMM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e de diversos setoriais ligados à SNMP, além da União Municipal dos Estudantes Secundaristas.

A secretária Sônia Hypólito abriu a reunião, expondo a necessidade de um aprofundamento na discussão sobre a estratégia e a relação do PT junto aos movimentos populares, como contribuição aos encontros municipais e estaduais do Partido e dos setoriais dos movimentos.

O presidente nacional do PT, José Dirceu, falou, em seguida,

sobre a situação política nacional e internacional. Após Dirceu, o secretário agrário nacional do Partido, Plínio de Arruda Sampaio, e João Pedro Stédile, um dos coordenadores nacionais do MST, abordaram o neoliberalismo e o papel estratégico dos movimentos populares.

Dirceu destacou, em sua fala, que a fase inicial do crescimento do capitalismo, e seu atual modelo neoliberal, já passou, lembrando da derrocada de seus dogmas na Europa. Constatou que, no Brasil, a aplicação do modelo neoliberal é mais brutal (assim como na África e na Ásia), por causa dos baixos salários e da proteção social deficiente, bloqueando qualquer possibilidade de desenvolvimento.

Plínio de Arruda Sampaio dividiu sua exposição em três partes: o lugar dos movimentos populares na luta política, no período populista e hoje. Abordou, depois, condições para atuação eficaz da Central de Movimentos Populares e da Secretaria de Movimentos Populares do PT, destacando a necessidade de, em primeiro lugar, se ter clareza dos objetivos, fazer pla-



Carlos Mercuri

Encontro teve como objetivo contribuir para o debate nos encontros municipais e estaduais

nejamento de ações a longo prazo, distinguir a organização de massa da organização de base dos militantes do movimento popular, de se criar instituições civis nos bairros ou no setor social em que atua e, por fim, sublinhou, especificamente para a CMP e a SNMP, a tarefa delas de promover o conhecimento sistemático de uma realidade pouco conhecida, "mas que, segundo tudo

indica, tende a assumir um papel estratégico na luta pela mudança social do país".

Os participantes da reunião debateram os assuntos abordados e, ao final do encontro, foram tiradas quatro deliberações: criar espaços permanentes de formação, reflexão e ação dos petistas no movimento popular; buscar a unidade dos militantes e dirigentes petistas no movimento popular e social da cida-

de e do campo; convocar os movimentos populares em torno das mobilizações nacionais contra o governo antipopular e antidemocrático de FHC; e contribuir para a elaboração de um projeto nacional, estratégico e alternativo para o PT, junto com a sociedade e os movimentos na busca da hegemonia dos setores populares.

SNMP: (011) 224-1912

Vereador do PT sofre discriminação

O vereador Pedro dos Santos, do PT de Conceição da Barra (ES), foi agredido e insultado por policiais militares no dia 28 de junho. Segundo o parlamentar, ao estacionar seu carro próximo de um estádio, onde se realizavam festividades pelo dia de São Pedro, por volta de 1h30min, foi abordado pelos policiais Pedro Salvador, Coimbra e Galvão e o tenente Monjardim. O oficial pediu que Pedro retirasse o carro do local. O vereador estranhou e argumentou que não havia motivo

para que não deixasse o veículo naquele local, por não ser área de segurança nem havia placa proibindo o estacionamento.

Conforme o vereador, o tenente Monjardim, em seguida, partiu para a agressão física contra Pedro e ordenou aos soldados que o prendessem, usando a expressão: "Peguem esse negro e coloquem ele na viatura". O parlamentar disse ainda que, na delegacia, os policiais também o agrediram com tapas no rosto.

Pedro dos Santos abriu representação contra os policiais,

tendo ainda comunicado o fato à Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Conceição da Barra e da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, à Procuradoria Geral de Justiça, ao Comando da Polícia Militar, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), às bancadas estadual e federal do PT, ao governador e secretário de Justiça e Cidadania do Espírito Santo, Vítor Buaziz e Perly Cipriano, respectivamente.

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo: (011) 224-1914

Protesto contra morte no Timor Leste

A Secretaria de Relações Internacionais do PT (SRI) enviou carta ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no dia 30 de junho, solicitando intervenção do governo brasileiro para preservar a vida dos resistentes do Timor Leste, que foram detidos junto com o dirigente da resistência Davi Alex.

O dirigente foi morto em circunstâncias estranhas num hospital militar, após ser capturado pelas tropas da Indonésia, na

cidade de Baucau, a 135 quilômetros de Dili, capital do Timor Leste. O enterro de Alex foi rápido e secreto.

A SRI pede, na carta, a criação de uma comissão internacional de médicos para realizar autópsia independente nos restos do dirigente.

Foro de São Paulo

No dia 27 de junho, foi lançado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Por-

to Alegre, o VII Foro de São Paulo. Participaram do lançamento o secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, e o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, entre outros. O VII Foro será realizado entre os dias 31 de julho e 3 de agosto, na capital gaúcha, tendo o PT como partido anfitrião. O Foro de São Paulo terá como tema Construindo uma Alternativa Popular e Democrática ao Neoliberalismo.

SRI: (011) 224-1915

Travestis organizam rede nacional

Na semana de 22 a 27 de junho, foi realizado em São Paulo o 5º Encontro Nacional de Travestis e Liberadas. O encontro, que teve o apoio da Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT, reuniu 250 pessoas (170 travestis) de 22 Estados. Segundo Giovana Baby, da Associação de Travestis e Liberadas do Rio de Janeiro, foi criada uma rede nacional de travestis e convocada próxima reunião, inicialmente marcada para setembro, para se tirar uma plataforma de lutas.

"Queremos levantar uma pauta de reivindicações para entregar a parlamentares que apoiam nossa causa. Nosso objetivo é que os políticos colaborem no sentido de batalhar conosco pelos direitos e garantias individu-

ais dos homossexuais e travestis", informou Giovana. Entre os direitos reivindicados, adianta Giovana, estão a inclusão do codinome dos travestis na cédula de identidade, abertura do mercado de trabalho e a inclusão, na lei, da criminalização do preconceito pela orientação sexual. Giovana avalia que haja, em todo o País, em torno de 60 mil travestis.

Passeata

No dia 28 de junho – Dia Internacional do Orgulho Gay –, foi realizado em diversos pontos do País manifestações de gays, lésbicas e simpatizantes. Os participantes denunciaram a violência contra os homossexuais (segundo dados do Grupo Gay da Bahia, entre 1980 e 1995, foram

assassinados 1.242 homossexuais no Brasil) e manifestaram apoio ao projeto da deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) que legaliza a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo.

Em São Paulo, os manifestantes fizeram um minuto de silêncio em protesto contra o assassinato de Cláudio José dos Santos, presidente da Associação de Direitos Homossexuais de Florinaópolis, morto em 3 de novembro de 94 em virtude de espancamento da Polícia Militar.

Segundo levantamento do Núcleo de Gays e Lésbicas do Diretório Municipal de São Paulo, mais de cinco mil pessoas participaram de passeatas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Alagoas e Goiás.

modo petista

Seguro-desemprego ao trabalhador rural

Projeto do deputado federal José Pimentel (PT-CE) que está tramitando na Câmara dos Deputados estende o seguro-desemprego aos produtores rurais, parceiros, meeiros e arrendatários rurais nos períodos de safra frustrada reconhecida pelo Ministério da Agricultura.

A proposta de Pimentel, que é resultado de discussões no Núcleo Agrário da bancada do PT, tem o apoio da CUT, Contag e MST. O benefício do segu-

ro-desemprego, que será financiado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), vai atingir os trabalhadores que exercem atividade agrícola individualmente ou em regime de economia familiar.

Segundo Pimentel, são pessoas que ficam sem nenhum rendimento em épocas de quebra da safra agrícola, como os períodos de seca do Nordeste.

Deputado José Pimentel: (061) 318-5281

Banco do Povo está na Câmara de Belém

A Prefeitura de Belém (PA), administrada pelo petista Edmilson Rodrigues, enviou à Câmara Municipal anteprojeto de lei que cria o Banco do Povo na capital. Segundo o secretário de Economia do município, Valdir Ganzer, o projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e está tramitando na Comissão de Finanças. Ganzer

prevê que ainda neste mês o projeto será aprovado e regulamentado pelo prefeito. "O passo seguinte será definirmos aspectos como taxa de juros, segmentos que poderão ser beneficiados, valor de recursos que serão liberados, entre outros detalhes", afirmou o secretário.

Prefeitura de Belém: (091) 242-3344

Debates do Orçamento Participativo no ES

Começam em agosto os primeiros debates do Orçamento Participativo para o ano que vem no Estado do Espírito Santo, administrado por Vítor Buaziz. A Coordenação de Planejamento já preparou o calendário de

discussões e, a partir do mês que vem, iniciam os debates nas sedes das microrregiões de Vitória, Colatina, São Mateus e Cachoeiro do Itapemirim.

Governo do Espírito Santo: (027) 223-1754

reformas

Onde está a urgência?

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, em artigo publicado na Folha de S. Paulo de 1º de julho, sintetiza, ao analisar o terceiro aniversário do Plano Real, o pano de fundo das reformas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. "Diante dos reconhecidos reflexos do Plano Real para as dívidas pública e externa, o governo tomou iniciativas como responsabilizar o funcionalismo pela grave crise fiscal, causar um profundo arrocho salarial no setor público e eliminar direitos dos trabalhadores, como no caso das aposentadorias e na tentativa de quebrar da estabilidade", escreve Vicentinho.

Um dia antes da publicação do artigo do sindicalista, o presidente FHC fazia pronunciamento em rede nacional de TV e rádio, falando também sobre o terceiro ano do plano: "Para continuar crescendo e combater as injustiças que existem em nosso país, eu preciso do esforço de todos. E conto com sua compreensão. Preciso principalmente que o Congresso vote as reformas que permiti-

ção acelerar o crescimento, diminuindo o endividamento do governo e, com isso, as taxas de juros."

Como se percebe nas duas avaliações, o funcionalismo público e os aposentados estão no centro do debate sobre o sucesso do plano econômico. Segundo Vicentinho, o presidente da República coloca esses dois segmentos como bodes expiatórios quando criticado quanto aos pífios resultados na área social que seu governo vem apresentando. O pronunciamento de FHC não deixa dúvidas quanto a isso.

Acontece que as reformas constitucionais encaminhadas ao Congresso não sinalizam para a melhoria das condições de vida da população. Pelo contrário. "As reformas não apontam para a redistribuição de renda, mas para aumentar a distância entre os mais ricos e os mais pobres", avalia o líder da bancada do PT na Câmara Federal, o deputado por São Paulo José Machado. O líder ainda questiona a importância que o governo e seus aliados tentam dar à necessidade de se aprovar logo as reformas. "No caso da reforma administrativa, se o governo realmente a considerasse prioridade, a base governis-



Reforma proposta pelo governo não diminui desigualdades

ta não teria obstruído as votações sobre a matéria nas últimas semanas", disse.

O resultado, como se viu, foi a matéria ficar pendente e justificar, junto com outros projetos, a convocação extraordinária do Congresso neste mês, gerando críticas por todo lado. "O noticiário que associa a paralisação do Congresso à convocação extraordinária, bem como aos elevados gastos com salários daí decorrentes, omite a responsabilidade do governo, criando um constrangimento para toda a instituição", responde, em nota divulgada em 25 de junho, o Bloco das Oposições (PT, PDT e PCdoB).

Na avaliação de José Ma-

chado, a perspectiva - observado o comportamento da base governista - é de as reformas irem sendo empurradas para a barriga, o que desmente o próprio pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso. "A tendência do governo é engavetar as propostas de reformas, porque, ao voltarem para novas votações, a conjuntura será outra, com a proximidade das eleições", afirmou. E, como FHC é candidato à reeleição, assim como vários governadores tucanos e aliados - além de parlamentares que tentam novo mandato ou uma cadeira executiva -, medidas impopulares como essas tendem a ser postergadas. Daí, onde está a urgência?

privatizações

Telecomunicações: entrega de bandeja

Mais um golpe contra a autonomia do Brasil no cenário econômico mundial está se desenhando, com a nova Lei Geral das Telecomunicações. Aprovada pela Câmara Federal, a lei está agora na pauta da convocação extraordinária para ser votada pelos senadores. Trata-se, na verdade, segundo o deputado federal Walter Pinheiro (PT-BA), de uma lei delegada, pois tira do Congresso a prerrogativa de participar de decisões sobre o setor, que ficam somente nas mãos do Executivo.

O Bloco das Oposições na Câmara (PT, PDT e PCdoB) tentou tirar o caráter autoritário da lei, apresentando 63 emendas, além de destaques para votação em separado. As emendas visavam garantir maior participação do Legislativo nas decisões sobre o setor, uma real política de universalização dos serviços e criar uma empresa unificada e pública. O relator da proposta, Alberto Goldmann (PMDB-SP), porém, não incorporou praticamente nenhuma das emendas da oposição ao seu substitutivo, que foi aprovado em 19 de junho.

O coordenador-geral da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fittel) - que representa 70% dos trabalhadores do setor, em 20 Estados -, Ricardo Queiroz, vê na aprovação uma irresponsabilidade da Câmara. "O projeto é totalmente lesivo aos interesses do país. O setor de telecomunicações movimenta US\$ 1,5 trilhão ao ano em todo o mundo e analistas apontam que, no início do próximo século, cerca de 50% de toda a riqueza produzida no planeta será gerada pela junção das áreas de telecomunicações e informática", resumiu Queiroz.

A lei, em suma, abre o setor à privatização, na qual passam ao setor privado a Telebrás, Embratel e as telefônicas estaduais (Telesp, Telerj etc.); cria um órgão regulador do sistema - a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) - vinculado ao Executivo e sem autonomia, e passa ao setor público a responsabilidade pelo caráter social da telefonia. "É um verdadeiro cheque em branco para que o ex e futuro tesoureiro da campanha de FHC, Sérgio Motta, desconte da forma que mais lhe convenha", avalia Queiroz.

Segundo Pinheiro, a lei foi feita sob medida para o grande capital. "A nova lei não estabelecerá competição no mercado, apenas transformará o monopólio público em privado". O deputado também alerta para o "atrativo" extra incluído na lei para atender às exigências do capital privado: "O projeto não obriga o futuro comprador das teles a universalizar os serviços. Quer dizer, só vão explorar o 'filé mignon' do sistema, como telefonia celular e transmissão de dados, por exemplo". E lembra também que o governo já promoveu um aumento de tarifas para garantir a rentabilidade aos futuros donos do setor.

Queiroz acrescenta: "Ao contrário do sistema Telebrás hoje, não será obrigação das operadoras privadas levar os serviços de telecomunicações às regiões mais carentes". Ou seja: a lei vai permitir que os empresários explorem apenas os serviços rentáveis. "Apenas 31% das localidades atendidas por serviços telefônicos no Brasil são rentáveis", informa Pinheiro. Sobre para o poder público o atendimento ao filão que não gerará lucros. A Telebrás, sem nunca precisar recorrer aos cofres do governo, é o grupo econômico mais lucrativo da América Latina e o 12º operador do mundo. Teve lucro, em 96, de US\$ 3,3 bilhões (mais que o governo obteve com a venda da Companhia Vale do Rio Doce).

Pinheiro também prevê, com a vigência da nova lei, o sucateamento da indústria de tecnologia do país, o que vai provocar desemprego, e a consequente perda de posição do Brasil no mercado externo.

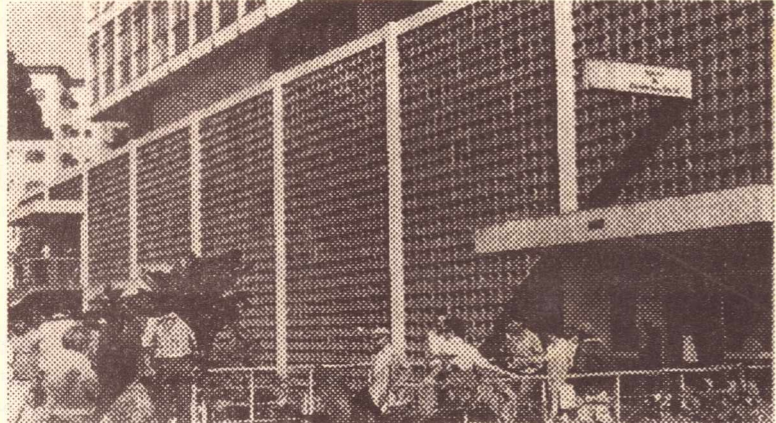
Banerj é leiloado por 48% do preço mínimo

O Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) foi vendido ao Banco Itaú no dia 26 de junho por R\$ 160 milhões, 48% menos que o valor mínimo estipulado para o leilão. A matemática é simples: o Itaú desembolsou R\$ 311 milhões, só que não em moeda corrente, mas em títulos de dívidas públicas, as chamadas "moedas de papéis". Esses papéis valem, no mercado, em média metade de seu valor de face. Isso explica o valor mencionado acima.

Mas, na realidade, o prejuízo para o contribuinte foi maior ainda, como lembra o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Texto assinado pela diretoria do sindicato, publicado na Folha Bancária de 30 de junho, explica: "Para garantir que prevaleça a norma zero do capitalismo brasileiro - lucro máximo, risco nenhum -, o Estado se endividou em R\$ 3,08 bilhões por compromissos que já deveriam ter sido honrados com a Caixa de Previdência e não foram. Portanto, o ilustre contribuinte ficou com R\$ 108,45 milhões em caixa (observação: nesse valor, estão descontados os R\$ 51,55 milhões pagos ao banco Bozano, Simonsen, como remuneração por ter gerido o Banerj durante 18 meses) e R\$ 3,08 bilhões de dívida".

Trabalhadores perdem direitos

Roberto Parizotti/Arquivo DN



Aposentar ficará mais difícil com alterações em discussão

As reformas que o governo considera urgentes e necessárias são a tributária, administrativa e previdenciária. A primeira, que, em tese, resolveria o problema de arrecadação do governo, está parada na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal. A administrativa entrou na pauta da convocação extraordinária do Congresso, de 1º a 25 deste mês. A última, após aprovada em primeira votação na Câmara, seguiu para o Senado e está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu perto de 200 emendas (27 delas do líder do Bloco das Oposições, José Eduardo Dutra, do

PT de Sergipe).

Segundo a deputada federal Telma de Souza (PT-SP), com a proposta de reforma administrativa apresentada pelo governo, todos os cidadãos perdem. "A sociedade não precisa de um Estado que gaste pouco, mas sim que gaste bem e garanta os serviços de saúde, educação, segurança, o desenvolvimento econômico e social, com geração de empregos e riqueza", destaca.

Para minimizar os efeitos danosos do texto do relator da emenda, Moreira Franco (PMDB-RJ), os deputados do Bloco das Oposições apresentaram emendas e destaques

para votação em separado. O Bloco conseguiu vitória importante ao derrubar a proposta de subteto salarial. Segundo o líder do PT, José Machado, assim evita-se a redução e arrocho salarial, pretendidos pelo governo, e impede que estados e municípios determinem, através de lei ordinária, um teto salarial menor que o do funcionalismo federal a seus servidores, e garante a isonomia. Mas, outras emendas, como as que tratam da estabilidade dos servidores, obrigatoriedade de licitações nos contratos de estatais e regime jurídico único para o magistério, ficaram para ser votadas na convocação extraordinária.

Previdência

O projeto de reforma da Previdência, de acordo com o deputado José Machado, representa agressão aos direitos dos trabalhadores e desconhece a realidade social do Brasil. "O trabalhador não vai conseguir se aposentar", prevê Machado. Ele se refere à proposta de eliminação do conceito tempo de

serviço para o trabalhador requerer a aposentadoria, substituído pela combinação entre tempo de contribuição e idade mínima. "O governo não considera o grande número de trabalhadores sem carteira assinada e os que estão na informalidade, que não terão como provar o tempo de contribuição para se aposentar", destaca.

No Senado, as oposições vão tentar garantir direitos dos trabalhadores. O Bloco apresentou 27 das aproximadamente 200 emendas ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE). Segundo informações do gabinete do líder do Bloco, José Eduardo Dutra, as emendas têm como intenção resgatar o regime jurídico único, retomar a discussão sobre as aposentadorias especiais e resgatar o teto de 10 salários mínimos para o regime geral básico (a proposta do relator fixa o básico entre três e cinco mínimos, abrindo oportunidade para empresas de previdência privada explorarem a aposentadoria complementar).



JULHO

- 11 a 13 - Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Rio de Janeiro
- 11 a 13 - 4º Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT. Brasília
- 14 - Reunião da Comissão Executiva Nacional do PT. São Paulo

- 15 a 19 - Encontro Intermunicipal de Cultura: Diversidade Cultural e Globalização. [Informações e inscrições: (061) 323-1954/325-6140]. Brasília

- 18 a 20 - Seminário da Juventude Negra Petista. Angra dos Reis (RJ)

- 21 - Reunião da Comissão Executiva Nacional. São Paulo

- 25 - Dia do Trabalhador Rural. Brasília

- 25 - Ato contra a condenação de José Rainha Júnior, pela Reforma Agrária e Emprego. São Paulo

- 25 a 27 - V Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos. [Informações: Fentect (061) 225-9095]. São Paulo

- 26 a 2 de agosto - 2º Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Espanha

- 28 a 31 - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária [Informações: MST (011) 864-8977]. Brasília

- 28 a 5 de agosto - XIV Festival Mundial da Juventude e os Estudantes. Havana (Cuba)

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

Cobrança bancária

Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)

Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel. _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masc. Fem.

Filiado ao PT: Sim Não



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
CEP 01203-002 São Paulo - SP
Fax (011) 220-2103